

NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Renato Kendy Hidaka, Jair Pinheiro. - Ciência Política – Ciências Sociais - Departamento de Ciências Políticas e Econômicas - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

No cenário político brasileiro dos últimos anos é crescente os discursos que apontam para a necessidade de investimentos no setor educacional. Não obstante, o que se tem observado na prática é o desmantelamento dos sistemas públicos de educação básica.

Alguns dados parciais da pesquisa, como os de matrícula, evasão e analfabetismo parecem desmentir tal desmantelamento; no entanto, ele é ratificado pelos dados qualitativos referentes à escola, como índice de violência e de desempenho. De acordo com pesquisas comparativas realizadas pela SEADE (Fundação Sistema de Análises de Dados) acerca da taxa de analfabetismo do município de São Paulo, concernente a indivíduos de quinze anos ou mais, por grupos de idade, verifica-se um processo de redução substancial do analfabetismo pleno de 1991 a 2000. Segundo Britto (2006, p. 343), “Da virada do século para cá, pela primeira vez na história brasileira, a curva de analfabetismo ficou descendente não apenas na porcentagem de analfabeto, mas também no número absoluto de analfabetos”. O número de matrículas no ensino médio nas instituições públicas do município de São Paulo cresceu de 418.963 para 498.495 de 1997 a 2000. Caiu para 480.557 em 2001, voltando a ascender até 2003. Já o número de concluintes foi de 102.846 em 1998, subiu para 123.383 em 1999, caindo para 118.221 em 2000. Os índices mostram que esse número vem crescendo novamente, pelo menos até 2003. As publicações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 1998 a 2005 vêm destacando uma porcentagem considerável de desempenho de insuficiente a regular (nota de 0 a 40) no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Para ter uma base, 46,8% dos participantes tiveram desempenho classificado como de insuficiente a regular nas questões objetivas no ano de 2004. No ano posterior esse percentual atingiu a casa dos 60,2%.

Em relação à violência no Estado de São Paulo, relatório da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), num balanço comparativo entre 1993 a 2003 sobre homicídio, demonstra após 1999 um decrescente percentual; entretanto, registra que a participação de armas de fogo vem aumentando anualmente nessas mortes.

A hipótese a ser desenvolvida neste trabalho é que com o atual avanço do capitalismo a economia deixou de demandar força de trabalho na escala do modelo taylorista-fordista. A demonstração dessa hipótese será desdobrada através da análise das políticas públicas voltadas à educação, mais precisamente, as referentes ao ensino básico. Em outras palavras, cotejaremos os objetivos declarados da política educacional com os resultados obtidos, tendo como quadro de referência as medidas efetivamente implementadas e aquelas reclamadas pela rede que não receberam a devida atenção do governo. Nosso foco central será a política de educação do Estado de São Paulo durante os governos Covas e Alckmin. Adotaremos como objeto de pesquisa empírica a cidade de São Paulo.

Para isso, faremos uma análise político-econômica geral do contexto a ser estudado. A partir das últimas décadas do século XX, mudanças estruturais foram realizadas no espaço de produção. Seguindo as palavras de Carvalho, desencadeou-se:

um intenso processo de reorganização da produção, envolvendo a introdução de novas tecnologias, principalmente de base microeletrônica e novas formas de gestão e organização do trabalho, tais como, *just-in-time*, a produção em células, as novas máquinas CNCs etc (2006, p. 235).

Esse momento, que passou a reorganizar as relações sociais do sistema, foi denominado por vários estudiosos de acumulação flexível. Desenvolveremos com mais minúcia tal processo no decorrer da pesquisa. Podemos adiantar que, para Britto, a elevação da procura por educação formal não pode ser pensada descolada da mudança do perfil agora exigido pelo mercado de trabalho. Ou seja, em linhas gerais, essa nova forma de organização do trabalho no capitalismo implica na exigência do desenvolvimento, no trabalhador, de novas “competências”, indispensáveis para corresponder às demandas da empresa “integrada e flexível”.

Diante da maior complexidade dos processos produtivos os trabalhadores deveriam, também, possuir certos conhecimentos científicos e técnicos que lhes permitissem operacionalizar, monitorar, participar da manutenção das novas máquinas CNCs, além de contribuírem no processo decisório. Deveriam também possuir uma formação básica ampla, que valorizasse os conhecimentos facilitadores da organização do trabalho em grupos, o desenvolvimento de lideranças, o espírito coletivo e o sentimento de responsabilidade. Estavam assim, os trabalhadores diante de uma árdua missão: serem multifuncionais, polifuncionais, em síntese: perfeitos (CARVALHO, 2006, p. 239).

Para Carvalho, esse impacto pode ser observado no Brasil a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 com os projetos de reforma no Estado. Segundo o autor, as políticas educacionais passam a ocupar um lugar de destaque no setor administrativo, como um ponto estratégico para a formação desse novo trabalhador. As novas palavras de ordem neoliberal para educação, nesse cenário, são:

Qualidade total, modernização da escola, adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, nova vocacionalização, incorporação das técnicas e linguagens da informática e da comunicação, abertura da universidade aos financiamentos empresariais, pesquisas práticas, utilitárias, produtividade [...] (MARRACH, 1996, p. 42).

Offe defende a idéia de que a política social representa, no capitalismo:

uma estratégia estatal de integração de força de trabalho na relação de trabalho assalariado, uma relação que somente poderia adquirir a difusão e a “normalidade” que hoje existem *graças à efetividade dessa estratégia*. Neste sentido a política social não é mera ‘reação’ do Estado aos ‘problemas’ da classe operária mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe (1984, p. 22)

As políticas educacionais fazem parte desse conjunto de ações estratégicas que tem como uma de suas funções precípua a manutenção da coesão social do sistema, já que, segundo a perspectiva do autor, o capitalismo apresenta crises estruturais constantes.

Este trabalho apresenta o resultado inicial de uma pesquisa de iniciação científica em andamento que culminará na monografia (TCC) de bacharelado, sendo, portanto, uma reflexão preliminar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/enem>>. Acesso em: 03 Março 2006.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Alfabetismo e educação. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; GONZALES, Jorge Luis Cammarano. (Orgs.). **Trabalho e educação**: contradições do capitalismo global. Maringá, PR:Práxis, 2006. p.343-357.

CARVALHO, Celso. As políticas educacionais para o ensino médio e sua concretização na instituição escolar. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; GONZALES, Jorge Luis Cammarano. (Orgs.). **Trabalho e educação**: contradições do capitalismo global. Maringá, PR:Práxis, 2006. p.47-81.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI Jr, Paulo (org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Tradução Bárbara Freitag, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/noticias/releases/2005/mapaviosp/mostra_documento>. Acesso em: 28 Abril 2006.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/msp/index.php?tip=met4&opt=s&subtema=null&tema=edu>>. Acesso em: 28 Abril 2006.